

PLANO DE GOVERNO PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – GRAVATÁ PE

Plano do governo apresentado à população – Eleições 2024.

O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL - está participando das eleições municipais em todo o país. Nossas (os) candidatas(os) à prefeitura e à vereança farão uma campanha limpa e de cabeça erguida, contando apenas com a garra, coragem e força de vontade de seus simpatizantes e filiados, com a certeza de que nestes poucos anos de existência construímos uma forte identidade com as lutas do povo brasileiro. Um povo generoso, que reconheceu em nosso partido a coragem, a honestidade e a esperança dos que sonham e lutam por um Brasil melhor, livre das injustiças sociais e da corrupção.

O plano de governo do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) para a cidade de GRAVATÁ – AGRESTE DE PE estabelece um ponto de partida para se tratar das demandas da cidade, buscando contemplar: o desenvolvimento humano, o desenvolvimento e inclusão social e desenvolvimento econômico; a transparência e lisura dos processos públicos e maior participação popular; desenvolvimento urbano; saúde ambiental e sustentabilidade; infra-estrutura e mobilidade urbana; integração regional, nacional e internacional; qualidade de vida; Saúde; Educação; Cultura e Esporte e Lazer. Nosso plano atrela as idéias e expectativas dos mandatos do legislativo e o executivo, pois acreditamos que uma política sólida e para o bem-estar social se constrói com todos os envolvidos de forma direta e indireta. Governar para a periferia, jovens, mulheres e trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, sem-teto, desempregados, movimentos sindicais, associações de moradores/as e movimentos diversos (estudantil, mulheres, negros/as, LGBTs, ecologistas, funkeiros, etc). Nas próximas páginas, as eleitoras e eleitores da cidade irão observar que três princípios nortearão nossa administração na cidade: a redução das desigualdades sociais (que se evidenciam nas disparidades entre os Residenciais e os demais bairros da cidade), a transparência na gestão pública, e a participação popular nos processos de tomada de decisão. Esses princípios se refletem nas nossas propostas apresentadas e se encontram sintetizadas ao final de cada tópico desse Programa.

1. EDUCAÇÃO: FORTALECER A CARREIRA DO PROFESSOR E MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DE GRAVATÁ-PE ainda tem um longo caminho a percorrer no quesito educação. Apesar de ser uma cidade que dizem turística e cultural, os alunos da rede pública de ensino se encontram muito aquém do desejado na avaliação do seu desempenho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, prevê em seu artigo terceiro, parágrafo primeiro “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; ademais, o capítulo V da LDB é dedicado à educação

especial e prevê “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (art. 59). Nesse sentido, o PSOL irá garantir que esses direitos sejam seguidos na prática, garantindo a integração e oferecendo suporte adequado aos alunos com necessidades especiais, além de docentes devidamente capacitados para lecionar a esses alunos, evitando acúmulo de funções para o professor da sala. As escolas não são apenas espaços para o aprendizado tradicional, é cada vez mais demandado que a escola seja um ambiente de integração entre alunos e comunidade, um espaço de aprendizado lúdico, principalmente para a competência municipal (Educação Infantil), e de múltiplas plataformas educacionais, sejam elas computadores, quadra poliesportivas, Teatro, música, áudio visual, fantoches, ou uma simples contação de histórias. Mas como realizar isso em GRAVATÁ -PE, se pouquíssimas unidades têm salas de recursos multifuncionais? A escola não pode impor suas características e sim dar ao aluno possibilidades. E em relação à integração com alunos e comunidades? Como o aluno se sentir parte integrante, ou até mesmo dono de sua escola, se ele não pode ocupá-la livremente? Infelizmente, nenhuma unidade escolar de GRAVATÁ -PE abre de fim de semana, um claro desconvite à ocupação popular das escolas municipais. Uma vez citados alguns dos vários problemas diagnosticados pelo PSOL no município, cabe a nós agora nesse Plano de Governo propor ações que resultem em mudança desse cenário, qual seja:

1. Reajuste salarial para os professores do Município.

2. Obtenção de recursos junto aos governos Federal e Estadual para construção de novas unidades de ensino e universalização do acesso no município: Já passou muito da hora da cidade de GRAVATÁ –PE universalizar seu acesso à creche e pré-escola. Parte importante do abismo social que faz de GRAVATÁ - PE duas cidades em uma só, tem a ver com a diferença do dia a dia de uma criança de periferia e de uma criança de classe média na cidade. A de classe média costuma fazer visita de veraneio com sua família, enquanto nos bairros mais abastados não existem crianças de 0 - 6 anos fora do sistema educacional (a não ser por opção das famílias) essa realidade é bastante diferente nos bairros periféricos, que traz a mais de oito anos condições de entregar à sua população o número necessário de vagas faltantes e não o fez e nem ao menos tentou.

3. Adequação das unidades escolares já existentes: Problema bastante citado nesse documento, a qualidade da infraestrutura das escolas de GRAVATÁ-PE vem se deteriorando tanto quanto a qualidade do ensino. São escolas sem salas multifuncionais ou banheiros adequados, que impedem o bom rendimento de professores e alunos. Com recursos previstos por lei para tais atividades, o município não fez investimentos desse tipo, mostrando ter outra prioridade de investimento. A prioridade do PSOL é a educação e, portanto,

não nos interessa manter as unidades escolares da maneira que estão. Uma reforma ou ampliação de unidade, custa menos que uma nova unidade e auxilia na evolução do desempenho de alunos já cobertos pela rede municipal de ensino.

4. Avaliação da proposta político-pedagógica: O PSOL entende a importância das avaliações nacionais de qualidade educacional, mas pensa que a mesma, nos moldes atuais, não dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e muito menos dialogará com a Nova Base Curricular Comum, muito em pauta nos dias atuais. Acreditamos que a educação, como escreveu Paulo Freire, um dos mais renomados educadores do mundo, que a Educação deva ser libertadora e emancipadora e não tecnocrática. Além das importantes matérias do currículo tradicional, entendemos que a ludicidade, o empirismo e a empatia sejam fundamentais para o ensino de crianças na idade de 0 a 6 anos. As escolas de GRAVATÁ-PE não seguem modelo político-pedagógico fundamentado nessas ideias e se debruça somente nos materiais didáticos para transmissão dos conteúdos previamente estipulados. Existem diferentes modelos educacionais que despontam cada vez mais rapidamente no país tanto em escolas públicas, quando privadas, que começam na readequação do espaço escolar, como a queda de muros e a extinção das classes, e terminam na relação professor aluno, que não se dá somente dentro da escola e muito menos em uma única via. Entendemos que o aprendizado pode ser também uma troca de experiências, motivada pela curiosidade do educando e pela disponibilidade do educador em dar vazão às inquietações de seus alunos. Para isso se faz necessária outra concepção de escola, que atraia alunos, professores e comunidades para debater o cotidiano e aplicá-lo no dia a dia escolar. Com escolas fechadas de fim de semana, sem atividades culturais e esportivas, sem espaços adequados para tais atividades e com uma mentalidade de que atividades como essas não são modelos de aprendizado, nunca chegaremos ao topo dessa evolução de pensamento. Em síntese o PSOL irá:

- Garantir o investimento de no mínimo 25% de recursos, conforme prevê a Constituição Federal, e um processo de transparência em seu uso;

- Ampliação de vagas nas escolas para educação de jovens e adultos (EJA) considerando as suas especificidades e anseios, garantindo transporte público para que estes estudantes possam ter acesso à Educação e políticas públicas de permanência;

- Fortalecer e ampliar a representação no Conselho Municipal de Educação, buscando maior participação da Sociedade Civil neste conselho e também dando visibilidade a sua existência;

- Construir parcerias com os cursinhos populares da cidade e também com as escolas que oferecem cursos profissionalizantes e de nível Superior, como o Institutos Federais e ETECs;

- Construção e investimento em creches, escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental, assim fazendo com que a educação pública possa ser amplamente garantida pelo poder público municipal;
- Em defesa da educação crítica, emancipadora e de transformação social: por uma escola que combata o racismo, a homofobia, a transfobia, a lesbifobia, o machismo e uma perspectiva ecossocialista. Contrapondo-nos ao avanço do conservadorismo e da intolerância que reduzem o espaço do diálogo democrático e remontam a períodos sombrios de nossa História, reforçamos o papel da escola como espaço de debate franco e livre de ideias – como espaço, portanto, de crescimento social, cultural e acadêmico. Discutindo numa perspectiva plural, temas que digam respeito ao bem viver das mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos trabalhadores e da população LGBTQIAPN+;
- Valorização dos profissionais da Educação.
- Propor uma escola que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes, criando espaços para o desenvolvimento de atividades lúdicas e artísticas realmente significativas, nas quais os alunos podem ter acesso a diversos recursos que ampliem suas aprendizagens e repertório cultural;
- Criar programas de incentivo à leitura, aumentando o número de bibliotecas pelo município;
- Creches no contraturno para o acesso das mães ao mercado de trabalho e estudos;
- Debate de gênero nas escolas, com os PPP (Projeto Político Pedagógico), com garantia da Transversalidade dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e livros didáticos livres de discriminação;
- Escolas em Período Integral para proporcionar atividades extracurriculares após o período de aula (Opcional);
- Defender um mínimo de alunos por sala na educação pública municipal: Educação Infantil: 0-2 anos 8 alunos, 3-4 anos 12 alunos, 4-5 anos 15 alunos, fundamental I - 20 alunos e fundamental II – 25 alunos;
- Criação de Concursos Públicos para a manutenção do quadro de profissionais da educação;
- Investir na formação continuada dos profissionais da educação, em parceria com universidades públicas e em horário de trabalho;
- Investir na formação dos professores para a Educação Rural; ● Repensar os espaços físicos das escolas, proporcionando um ambiente saudável para o pleno desenvolvimento das atividades e das relações entre os indivíduos e o

meio; ● Fortalecer a rede de proteção social em parcerias com a secretaria da saúde, serviços de assistência social e outros órgãos;

- Defender uma escola inserida em seu território, com um Projeto político pedagógico emancipador e construído por educandos e educadores, que tenha uma gestão democrática e seja reconhecida pela comunidade como espaço de saber, diálogo, autonomia e resistência à normalização da barbárie;

- Reformulação curricular, com a criação de projeto escolares como soberania alimentar, alimentação não convencional e outras ligadas à educação ambiental, não deixando esses temas em projetos isolados que acabam sobrecarregando professores de determinadas áreas, impedindo a transversalidade dos temas e dificultando a reflexão mais profunda sobre a relação destes temas com nosso modo de vida;

2. SAÚDE: BARRAR A DESTRUIÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA, CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E EM DEFESA DO PROFISSIONAL DA SAÚDE A destruição e a renúncia a um sistema público e universal da saúde têm se intensificado nas últimas administrações Gravataenses, e os usuários do sistema público de saúde têm sentido isso na pele. Porém, especialmente na gestão do atual Padre (PSB), a saúde levou um duro golpe com um novo sistema de gestão. Neste contexto, apresentamos as seguintes propostas para o tema:

- Melhorar a comunicação do poder público em relação à saúde, de modo que o município saiba se encaminhar à devida unidade de saúde de acordo com sua necessidade (emergencial ou crônica), o que desafogaria parcialmente os Prontos-socorros;

- Fortalecimento da medicina preventiva: revitalizando as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e implantando políticas visando a saúde das famílias; ● Revitalização dos conselhos de saúde para radicalizar a democracia num contexto de gestão participativa, tendo o trabalhador da saúde como o principal agente de planejamento da área;

- Reversão de gastos com saúde priorizando as periferias, no intuito de diminuir/erradicar a mortalidade infantil e materna;

- Aumentar os recursos empregados na visita domiciliar de médicos e enfermeiros no atendimento de pacientes acamados; ● Colocar a saúde 100% pública como prioridade no orçamento público;

- Construir um posto de saúde novo a cada ano de mandato em bairros desassistidos, trabalhar a possibilidade de um novo hospital geral;

- Revitalizar os CAPS, valorizar o psicólogo que terá papel central na reinserção do dependente químico e dependente do álcool.

A secretaria da saúde dialogará com outras secretarias visando a inserção do paciente no mercado de trabalho;

- Revisão e ampliação da garantia de saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres de todas as orientações sexuais, em todas as suas fases etária, numa perspectiva de respeito à sua origem racial; ● Construir Hospitais de Periferias;
- Assegurar que hospitais públicos tenham o serviço de abortamento legal com tratamento digno;
- Assegurar partos humanizados, pautados em evidências científicas e que promovam a autonomia da gestante e puérpera, com a regulamentação da atividade das doulas;
- Atendimento humanizado e respeito para mulheres transexuais e travestis e **homens trans e não binários deve ser obrigação e prioridade, informando e conscientizando toda a sociedade, bem como profissionais de saúde, trabalhadores e gestores do SUS, sobre garantias ao atendimento, considerando as especificidades de saúde dessa população;**
- Implantar um serviço de serviço psicológico especializado, nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas;
- Aumento imediato de salário e Concessão de reajustes salariais aos servidores municipais da saúde em valores compatíveis com a inflação do período;
- Fornecimento de produtos de Higiene básica pessoal nas UBS`s, tais como Absorventes, creme dental, sabonetes, papel higiênico, Escova dental e etc; ● Distribuição de Fraldas mensalmente para as famílias de baixa renda;

3. ESPORTES E LAZER: FOMENTAR O HÁBITO DA PRÁTICA ESPORTIVA Apesar da vocação esportiva de nossa cidade, as políticas públicas de esporte e lazer na cidade tem sido sistematicamente deixadas de lado em todas as esferas de poder, com iniciativas pouco integradas e sempre pontuais. Os espaços públicos de lazer, sobretudo o mais distante da região central, tem se tornado cada vez mais escassos impactando em práticas esportivas e atividades físicas muito aquém das potencialidades de nosso município. Ademais, o profissional de educação física tem sido colocado sempre em segundo plano frente aos outros profissionais de educação, como se fosse uma subclasse. É preciso reverter esse quadro. A prática esportiva, para além de todos os benefícios de saúde proporcionados (como o impacto direto numa maior longevidade e numa melhor qualidade de vida), representa também uma importante ferramenta de integração social entre diferentes classes e idades,

além de contribuir para a formação pessoal de cada indivíduo. Estudos apontam que através do esporte se consegue obter uma redução significativa dos índices de violência na região, demonstrando o potencial transformador das práticas esportivas nas regiões menos privilegiadas economicamente. Nesse sentido, propomos as seguintes medidas:

- Reestruturação física das escolas tendo enfim a prática esportiva, com construção e manutenção eficaz das quadras poliesportivas;
- Valorização do profissional de educação física, equiparando todos os seus direitos e plano de carreira aos dos outros profissionais de educação; ● Usar os totens da cidade e veículos de informação para promover a conscientização em torno da prática esportiva e das boas consequências proporcionadas pela mesma; ● Contratação direta de Educadores físicos;
- Construir novas praças e quadras públicas e usá-las para atividades físicas com supervisão de profissionais da área, peneirando atletas com potencial para prática profissional;
- Fazer ruas de lazer quinzenalmente em cada bairro da cidade;
- Promoção da atividade física como prevenção de problemas de saúde;
- Divulgação ampla do calendário esportivo da cidade, sobretudo nas escolas públicas, contemplando também aquelas atividades que são gratuitas, mas que são pouco divulgadas;
- Livre escolha do aluno e taxa zero dos profissionais de educação física para serviço em academias.

4. MEIO AMBIENTE Sendo o PSOL um partido Ecosocialista, temos a questão ambiental como uma de nossas bandeiras, não só defendendo a pauta da sustentabilidade, mas visando adotar propostas no sentido de atenuar e denunciar as contradições do modo de produção capitalista e se possível superá-las. Deste modo, fazemos um diagnóstico de tais questões na cidade, levando como pano de fundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que é uma grande conquista tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade como um todo. É impossível dissociar o desenvolvimento de uma cidade das questões ambientais. Santana de Parnaíba, em especial, está sofrendo - e sofrerá ainda mais - com as questões relativas ao aquecimento global. Portanto, vemos a coleta de lixo da cidade como insuficiente e ineficiente, apesar de ser um dos maiores contratos da atual administração da Prefeitura, gerando um gasto exorbitante com o monopólio de lixo, que precisa ser quebrado urgentemente. Assim, nossas propostas para essa área são:

- Ter como meta a implantação plena da Política Nacional dos Resíduos Sólidos; ● Aumentar a pífia porcentagem de reciclagem na cidade com ajuda

das medidas abaixo; ● Auditar as planilhas e custos da coletora de lixo da cidade; ● Checar a viabilidade de quebra de contrato, redirecionando os valores gastos com o monopólio de lixo na cidade para uma coleta via cooperativa de catadores, diminuindo os gastos drasticamente, aumentando emprego e injetando mais dinheiro na economia local, uma vez que as classes marginalizadas estariam sendo inseridas nestes postos de trabalho; ● Realizar parcerias com catadores, Alçar os catadores ao título de Agente de Sustentabilidade; ● Coleta humanizada, deixando cada agente responsável por uma área. O agente será apresentado aos moradores dos domicílios de cada área, contato que acarretará maior troca de informações entre as pessoas envolvidas, melhorando os processos que envolvem a reciclagem. Além disso, devido a proximidade entre agente e população, o descarte tenderá a ser feito com mais atenção e da forma devida; ● Aumentar a comunicação do poder público na cidade via outdoors, cartazes, etc., em relação à coleta de lixo e conscientização ambiental (retirando as propagandas de cunho pessoal); ● Priorizar a busca por uma solução acerca da destinação do lixo, seja encontrando, de maneira conjunta com outros municípios, um novo aterro sanitário, seja buscando meios de intensificar a reutilização e reciclagem do lixo; ● Viabilizar Junto ao governo Estadual e Federal, mecanismos para a limpeza dos rios, iniciando com o tratamento e sistemas de esgoto;

5. MINORIAS SOCIOLOGICAS O PSOL, historicamente é um partido que sempre se posicionou em defesa dos direitos das ditas “minorias sociológicas”. Nesse sentido, defendemos a criação de organismos municipais ligados ao gabinete da Prefeitura, com orçamento próprio e capacidade pessoal e técnica, para lidar com esses assuntos, tal como uma Secretaria da Mulher, uma Secretaria de Igualdade Étnica e Racial, e uma Secretaria da Diversidade Sexual, para o desenvolvimento das políticas necessárias para a reversão da situação de ausência de direitos desses setores historicamente colocados à margem da sociedade brasileira. Nas próximas seções, apresentamos aqui nosso diagnóstico e nossas propostas para cada um desses importantes setores da sociedade Gravataense.

6. NEGROS E NEGRAS

A sociedade brasileira teve seu desenvolvimento calcado na objetificação de milhares de negras e negros escravizados, que, a revelia, foram trazidos forçosamente através de navios negreiros. Durante um longo período da nossa história, as riquezas do nosso país foram produzidas com a força de trabalho escravo, sem que, ao término do sistema escravocrata, qualquer tipo de compensação fosse efetivada. Infelizmente, as conseqüências decorrentes de mais de 300 anos de escravidão podem ser observadas até hoje em nossa sociedade. O genocídio da população negra nas periferias, a dificuldade de acesso ao ensino superior e aos direitos básicos como saúde, educação e habitação são algumas das mazelas decorrentes da escravidão que assolou

nosso país. O combate ao racismo em nossa sociedade é agenda central para a disputa política. Estamos no meio de 2020 e o estado de SP já contabiliza o maior número de mortes por PMs desde 2001. A população negra é a primeira nas filas do desemprego, por atendimento médico, educação e moradia, por uma sobrevivência que está apartada de direitos sociais. A pandemia deixou nítido o abismo racial e de classe existente no país: a precarização do serviço público de saúde, as dificuldades de acesso à internet para acompanhamento das aulas online, a ausência de dados sobre a situação da população carcerária em meio à pandemia e a precipitada reabertura no momento em que a Covid-19 atinge, principalmente, os pobres e negros. É esta população que mais utiliza os serviços públicos, e apresentar em nossos programas municipais, nas eleições deste ano, a centralidade das demandas da população negra é um importante desafio. Fortalecer as candidaturas negras junto a um **programa “Diversidade pode Governar”** parte desse desafio. Reduto abolicionista, palco de resistência, lutas e protagonismos, a cidade de Gravatá PE, limita-se hoje ao modismo e ao discurso pronto típico do senso comum. Uma cidade que, ao longo de sua história, perdeu a oportunidade de descortinar os véus que cobrem e camuflam as verdadeiras mazelas deixadas por séculos de escravidão no nosso país e, conseqüentemente na nossa cidade que por vezes, são, romantizadas e distorcidas. Se levarmos em conta a atual situação da nossa cidade, dificilmente quem desconhece a nossa história acreditará que GRAVATÁ -PE desempenhou um papel importante na história no nosso país. Em GRAVATÁ, a desigualdade social também está expressa nos índices de segregação racial no município, que mostram o quanto a população negra (preta e parda) reside majoritariamente nos bairros mais periféricos da cidade. Como dito nos primeiros tópicos deste programa, uma pesquisa recente O PSOL defende que cabe à administração municipal garantir os preceitos constitucionais de proteção aos direitos humanos, garantindo os direitos da população negra e indígena e o combate ao racismo institucional. Inverter as prioridades políticas para atender necessidades e garantir direitos da maioria da classe trabalhadora passa por entendermos que a maioria da classe não é branca, sendo preciso garantir nos programas eleitorais:

- Criar e fortalecer secretarias de promoção da igualdade racial e articular as políticas de forma interseccional;
- Enfrentar a negligência existente e implementar a Lei 11645/08 com formação continuada;
- Implementar política de reserva de vagas para negros e indígenas em concursos públicos municipais;
- Implementar e fortalecer programas de atenção à saúde da população negra e indígena;
- Estabelecer política de enfrentamento ao racismo ambiental que dê condições de saneamento, acesso à água potável e coleta de lixo, que analise riscos de deslizamentos ou de contaminação química, que defenda a demarcação de terras indígenas e quilombolas e que combata a privatização dos territórios;
- Enfrentar o racismo religioso •

Concursos Públicos: dar efetividade a Lei Federal 12.990, 06.2014, com a

reserva de 20% das vagas para candidatas e candidatos pretos e pardos; • Valorização Cultural: nas escolas de ensino público e privado do município, garantir o pleno cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros; • Saúde: Implementar nos serviços de saúde do município a atenção à doenças, agravos e condições prevalentes na população negra, como a Anemia Falciforme; • Combate a mortalidade: priorizar ações que visem combater a mortalidade infantil, materna e precoce da população negra; • Respeitar e promover os Direitos Humanos: qualificar, capacitar e aperfeiçoar a Guarda Municipal e demais servidores em Direitos Humanos, com o intuito de combater o racismo e a discriminação nos atendimentos; Todas estas são pautas que atravessam a luta do movimento negro e irão compor o debate programático sobre qual cidade queremos. Além disso, o enfrentamento ao extermínio da população negra e ao encarceramento em massa são eixos fundamentais para enfrentarmos o racismo estrutural. Embora grande parte da segurança pública seja responsabilidade do Governo do Estado, as prefeituras não podem fechar os olhos a essa realidade e tem que atuar na prevenção às violações de direitos humanos. Precisamos nos comprometer com a desmilitarização da atuação da Guardas Municipais Comunitárias, pois, elas têm a função de zelar pela segurança comunitária, e não de atuar contra a população, especialmente aquela em maior vulnerabilidade social. Outra responsabilidade é assegurar direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de prática de atos infracionais. Além da responsabilidade direta pelos jovens em medidas socioeducativas em meio aberto, assumindo a responsabilidade pelo futuro dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, pois essas meninas e meninos chegam à prática infracional pela negação total de direitos. Ao apresentarmos esse plano esperamos avançar na construção de um partido antirracista.

7. DESIGUALDADE DE GÊNERO: COMBATE AO MACHISMO E À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES O Brasil é um país majoritariamente feminino, sendo composto por 51% de mulheres. Entretanto, da mesma maneira que outras minorias sociais (tal como a população afrodescendente, que compõe quase a mesma parcela da população brasileira) às mulheres é reservado apenas um lugar de submissão, de ausência de protagonismo. Para além disso, segundo o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, no Brasil os homens recebem, em média, R\$1.587, enquanto mulheres recebem R\$1.074. Quando analisamos esses dados por região, vemos que na região Sudeste, homens recebem R\$ 1.847, enquanto mulheres recebem, em média, R\$ 1.271, portanto, as diferenças são maiores ou menores de acordo com a região do país. Apesar dos avanços que as mulheres conquistaram nas últimas décadas, caso o ritmo da redução da desigualdade entre os gêneros se mantenha no mesmo patamar, as mulheres só receberão o mesmo que os

homens em 2085. Ademais, não se pode dissociar o machismo e o racismo em nossa sociedade, e isso se evidencia quando analisamos dados como a taxa de escolarização medida pelo IPEA no ano de 2003. Enquanto apenas 5,2% das mulheres negras têm ensino superior, 18,2% das mulheres brancas e 14,9% dos homens brancos dispõem do mesmo nível educacional. Levando esses dados em consideração, o PSOL dispõe de propostas objetivando a redução das diferenças entre homens e mulheres, como:

- Ampliar rede de enfrentamento à violência doméstica e de atendimento à população LGBTQIAPN+, como centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo regionais, com equipes multidisciplinares;
- Fortalecer o programa CASA MAIS e sua expansão pelos territórios;
- Quanto às vítimas de violência decorrente do gênero: protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio-aluguel ou outras políticas de segurança habitacional, capacitação de servidores públicos para lidar com a diversidade de gênero e a sexualidade (em especial das Secretarias da cidade);
- Ampliar e efetivar legislação antiassédio;
- Reordenar as paradas dos transportes públicos coletivos, a fim de que estejam localizadas em espaços iluminados e de fácil acesso para as mulheres
- Requalificar a iluminação pública, evitando logradouros escuros e que vulnerabilizem as mulheres, dizemos mulheres “todas” incluindo as mulheres trans e travestis, a riscos de violência;
- Garantia e incentivo ao debate das relações sociais de gênero nas escolas municipais, com caráter interseccional (vários lugares de opressão que se inter cruzam) e transversal. Com o Projeto Político Pedagógico (PPP), articulados com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuidando do oferecimento de livros didáticos livres de discriminação e estereótipos que mantêm a mulher no lugar de sub-humana. É preciso afirmar a necessidade de que a escola trabalhe com o respeito à condição da mulher e à diversidade sexual;
- Políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino;
- Serviço integrado de combate à violência contra a mulher com a criação de Centros de Referência da Mulher, com o funcionamento multidisciplinar.
- Delegacia da Mulher com funcionamento 24 horas e abertura de Delegacia da Mulher nas periferias;
- Programa de capacitação permanente da Guarda Municipal, bem como das e dos profissionais das delegacias da mulher, do Instituto Médico Legal, do serviço de saúde e das escolas municipais, incluindo as creches, no preparo destes profissionais para melhor atendimento às mulheres em situação de violência;
- Implantação de um serviço especializado de psiquiatria e criação de hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas;
- Política de prevenção às situações de violência contra a mulher na rua, com iluminação pública adequada, garantia de que os ônibus poderão parar em qualquer ponto para que as mulheres possam desembarcar à noite;
- Policiamento qualificado na saída das escolas da educação básica, de ensino superior e técnico, pela

Guarda Municipal; • Políticas públicas que enfrentem a cultura machista na escola e nos outros serviços públicos; • Políticas públicas que possibilitem o debate e campanhas de enfrentamento da cultura machista que historicamente se eterniza nos espaços da sociedade que aceita a violência e impõe às mulheres padrões de comportamento desde seus relacionamentos até as roupas que utiliza, ao mesmo tempo em que incentiva a mercantilização do corpo; • Políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino; • Implantação do programa “Botão do pânico”, entregue às mulheres que são vítimas de violência doméstica, tal como o programa implantado em algumas prefeituras do Brasil. • Criação de núcleos de amparo e denúncia de violência doméstica nos bairros com oferecimento de auxílio médico e psicológico às vítimas;

8. POVOS CIGANOS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, é negligenciada desde tempos imemoriáveis. Acredita-se que chegaram ao Brasil por volta do século 16, após terem sido deportados pela coroa portuguesa. Sendo assim, o PSOL sendo um partido que zela pelos direitos das minorias, propõe as seguintes medidas: • criação de uma secretaria que, além de tratar dos direitos humanos, tenha especial atenção pelos povos ciganos, indígenas e quilombolas; • Trabalhar junto à secretaria de cultura na criação, e divulgação, de mais eventos relacionados a esses povos, visando reduzir o estigma sofrido por essas etnias; • garantia de cumprimento da lei de número 12.228 que institui o Estatuto de Igualdade Racial, visando não apenas assegurar os direitos da população negra, mas, também, de outras etnias; • distribuição do “Guia de Políticas Públicas desses povos” (criado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) nas escolas, visando informar os diretores e professores acerca dos direitos dos povos, em especial o direito à Educação Itinerante, para que eles possam trabalhar a temática em sala de aula e até mesmo ajudar alunos descendente desses povos acerca de seus direitos; • Trabalhar junto à secretaria de educação para oferecer palestras e/ou cursos de curta duração para professores, além de material sobre a cultura desses povos, para que os professores aprendam e possam ensinar sobre esses povos, visando até mesmo, estimular o ingresso de mais jovens às escolas;

9. REFORMA URBANA: ELIMINAR O DÉFICIT HABITACIONAL E UNIVERSALIZAR O SANEAMENTO BÁSICO A especulação imobiliária tem sido voraz na cidade nas últimas décadas. Como consequência, moradores de baixa renda são cada vez mais expulsos de nossa própria cidade, seja para os municípios vizinhos, seja para áreas da cidade sem condições básicas de habitação (ou até mesmo sem regulamentação). Evidência disso é a necessidade de novas moradias para o município de GRAVATÁ PE.

Propostas: • Prioridade à implementação plena do Estatuto da Cidade; • Revitalização do centro da cidade e dos cortiços, criando moradias, comércios,

visando dar função social - também fora do horário comercial - a essas áreas. ● Empoderamento dos movimentos de moradia ampliando sua participação dentro do Conselho de Desenvolvimento Urbano; ● Prioridade ao combate à especulação imobiliária, usando os instrumentos dentro do estatuto da cidade como: IPTU progressivo, desapropriação, instituição de zonas especiais de interesse social, concessão de uso especial para fins de moradia, etc. ● Mapeamento dos imóveis inutilizados ou subutilizados para a utilização dos instrumentos acima citados visando combater o déficit habitacional, especulação imobiliária, favelização e a falta de função social, etc.

- Criar mais ZES (zonas especiais social) com a participação direta dos movimentos de moradia;
- Atualização no mapeamento de áreas irregulares, visando regularizá-las, tirando do papel o Plano de Regularização Fundiária;
- Regularização também urbanística das áreas irregulares;
- Promoção de saneamento básico universal na cidade com prioridade para as áreas historicamente solicitantes de saneamento e até hoje não atendidas;

10. TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA: PRIORIZAR O TRANSPORTE COLETIVO, ESTIMULAR O USO DE BICICLETAS E TORNAR A CIDADE MAIS “CAMINHÁVEL” O crescimento da frota de veículos motorizados em Santana de Parnaíba é alarmante. A solução passa por investir mais nos meios de transporte coletivos e alternativos junto a outras políticas que não sejam meramente paliativas para a cidade. Há anos o sistema público de transporte coletivo em GRAVATÁ PE é marcado por contradições que saltam aos olhos de qualquer observador: Muitos se afastaram de seu trabalho por recomendação médica e aqueles que se mantiveram trabalhando sofrem com crises nervosas recorrentes..;